

Tiago Lemões¹
Guilherme Aderaldo²
Renata Menasche³

VOZES INQUIETAS EM TEMPOS BRUTOS. O QUE AS CIÊNCIAS SOCIAIS TÊM A DIZER?

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPG-PSDH/UCPel).

² Pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPeI)

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPeI)

“Nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas”. (Judith Butler, 2014, p.43).

O antropólogo João Biehl (2011), ao analisar o campo da saúde global, vem explicitando, há um longo tempo, os efeitos perversos de abordagens do tipo “bala mágica”, representadas por tecnologias de saúde verticalmente dirigidas a uma doença específica, invisibilizando a multiplicidade de fatores sociais, políticos, econômicos e raciais que, de muitas formas, vulnerabilizam populações.

Um destes efeitos aponta para a luta cotidiana de “pacientes-cidadãos”, que se desdobram para acessar recursos governamentais e, ao mesmo tempo, negociar os caprichos do mercado e a sua própria sobrevivência ante regimes biomédicos altamente verticalizados. Frente às perversidades que se desnudam no rastro das políticas públicas, caberia aos pesquisadores/as trazer a complexidade das pessoas “de carne e osso” ao cenário mais amplo das intervenções supranacionais, valorizando a potência de conhecimentos práticos, micropolíticos, que muitas vezes guardam soluções eficazes para múltiplos problemas reais.

Tomado por um raciocínio semelhante, Fassin (2018) lembra-nos que um dos papéis ocupados pela antropologia contemporânea (ou pelo enfoque etnográfico) consiste, justamente, num esforço por “repolitizar o mundo”, ou seja, deslocar nossa mirada das formas superficiais da política (modelos institucionalizados, jurídicos ou transcendentais do poder), na direção de sua substância capilarizada. O mesmo autor (Fassin, 2011) instiga-nos a potencializar a circulação de nossas pesquisas, no sentido de monitorar seus efeitos políticos e responder aos questionamentos elaborados por diferentes sujeitos e coletividades que conformam o público que encontramos, na medida que as publicamos. Atentos a isso, amplificaríamos a ressonância de nossas investigações rumo ao campo do debate público e das disputas que fazem toda a diferença no modo como determinados grupos são apreendidos como sujeitos cujas vozes devem ser ouvidas pelos atores estrategicamente bem posicionados no campo das garantias e acessos a direitos.

Reflexões como estas (entre outras) constituem o elemento que nos instiga a convocar, em caráter emergencial, uma série de pesquisadores/as a uma reflexão conjunta sobre o atual contexto de pandemia e crise na saúde pública,

considerando as desigualdades de múltiplas ordens que, amiúde, tendem a ser naturalizadas no debate público como efeito de orientações universais, emitidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por regulamentações governamentais, que tomam a população mundial como uma massa socialmente homogênea e munida de todas as condições e recursos necessários à proteção de suas próprias vidas.

É justamente a partir deste ponto problemático que as Ciências Sociais vêm marcando a sua contribuição não apenas à análise, mas também ao enfrentamento dos mecanismos que expõem determinados grupos ao sofrimento e à morte. Nesse sentido, este suplemento especial, de caráter emergencial, tem o objetivo de visibilizar o que temos a dizer, enquanto cientistas sociais, em relação a questões aparentemente relacionadas apenas a outras áreas disciplinares, como os estudos no campo da saúde e, mais especificamente, da epidemiologia.

Os diversos olhares aqui reunidos exploram, de modo geral, os efeitos (problemáticos) de “bala mágica” das políticas emergenciais no atual contexto de pandemia do novo coronavírus, mas também incidem sobre as resistências e insurgências verificadas em cenários diversos de pesquisas e reflexões, como estudos sobre gênero, violência e políticas públicas; fome, resistências e redes de solidariedade; trabalho, mercado e relações de classe; periferias urbanas, situações de rua e processos necropolíticos de vulnerabilização. Assim, apresentamos a seguir um compilado de artigos livres, cujo formato também traz um tom de manifestos, reflexões engajadas e análises conjunturais, subsidiados por dados oriundos de pesquisas de campo e relacionados às complexidades interpostas pela atual pandemia.

O dossiê está dividido em cinco seções, a saber, 1) Gênero, violência e políticas públicas; 2) Fome, resistências e redes de solidariedade; 3) Trabalho, mercado e relações de classe; 4) Periferias urbanas, intervenção estatal e processos de vulnerabilização e 5) A necropolítica desde as situações de rua.

Abrindo a seção sobre **gênero, violência e políticas públicas**, contamos com o potente artigo de Denise Pimenta, intitulado: *Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica*, no qual a autora - cuja pesquisa de campo de doutorado se deu entre mulheres, direta ou indiretamente atingidas pela pandemia de ebola, na Serra Leoa -, se vale do atual momento para traçar uma importante reflexão a respeito dos modos pelos quais desigualdades de gênero, classe e raça acabam sendo repostas de forma sorrateira, inclusive nos meios acadêmicos.

Na sequência, temos o artigo: *Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e na incomunicabilidade da dor*, de Janaina Lobo, no qual a autora explora criticamente os dados de nota técnica emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sobre o aumento recente de

violência contra a mulher. Em sua análise, a autora desvela uma “pandemia de violência” contra as mulheres no país, sobretudo em contexto de isolamento social. O que salta aos olhos no debate promovido no texto é o quanto orientações supranacionais de cuidado e prevenção podem potencializar os casos de feminicídio, assentados no poder da misoginia e em históricas e profundas desigualdades de gênero.

Finalizando o primeiro bloco, o artigo: *Do jogo virtual ao jogo com vidas em vulnerabilidade: reflexões acerca de consumo e moralidades no campo das políticas sociais em contexto de pandemia*, de Carmem Janaina Machado e Renata Menasche, traz um debate essencial aos tempos atuais, qual seja: as contradições e descasos do Estado no que se refere ao Auxílio Emergencial direcionado aos grupos mais vulnerabilizados. Para complexificar a discussão, as autoras articulam estudos anteriores - sobre mulheres bolsistas do Programa Bolsa Família - com as moralidades presentes na jocosidade de atuais jogos virtuais disponibilizados em redes sociais. O ensaio explora, assim, os traços de controle e moralidade presentes nas políticas de redistribuição de renda.

Na sequência, abrimos a seção sobre **fome, resistências e redes de solidariedade**, com o texto: *Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil*, de Maria do Carmo Soares de Freitas e Paulo Gilvane Lopes Pena, no qual os/as autores/as problematizam a relação entre fome e pandemia de Covid-19. Para tal, o ensaio enfatiza a fome como manifestação biossocial cujos efeitos perversos são agravados pela pandemia em um cenário político e social de desigualdades extremas, cujas raízes históricas atravessam a constituição das sociedades latinoamericanas. Pensando a íntima conexão entre estes dois processos, os autores argumentam que a conjunção de todos estes fenômenos configura uma verdadeira tragédia humanitária.

Os outros dois textos que compõem o bloco são: *Resistências camponesas em tempos de pandemia*, de Josiane Carine Wedig e João Daniel Dorneles Ramos e: *Mbyá-Guarani e Kaingang frente à pandemia de Covid-19 na região sul do Rio Grande do Sul*, escrito por Robson Becker Loeck, Rogério Reus Gonçalves da Rosa, Reinaldo Tillmann e Adriana de Moraes Teixeira. No primeiro, ganha relevo a discussão sobre os processos de resistência camponesa, especificamente a luta pela terra e as ações de solidariedade promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no enfrentamento à pandemia. Já o segundo artigo joga ênfase sobre a relação dos Mbyá-Guarani e dos Kaingang com o cenário de pandemia do novo coronavírus na região sul do Rio Grande do Sul, explorando, em um primeiro momento, a presença indígena pretérita e contemporânea na região e, na sequência, analisando o modo atual de implementação de políticas públicas e sociais voltadas às populações indígenas.

A seção sobre **trabalho, mercado e relações de classe** inicia com a discussão a respeito dos impactos que a pandemia tem gerado no campo do traba-

lho e das relações de classe. No artigo: *Trabalho e relações de classe em tempos de pandemia*, de Eduardo Martinelli Leal, o autor reflete sobre a complexidade da violência estrutural que perpassa as relações de classe e que pode ser visualizada em experiências desiguais de exposição ao novo coronavírus, de medo e insegurança quanto à morte de familiares e das vulnerabilidades materiais agravadas pelo desemprego - efeito de mudanças legislativas efetuadas nos últimos anos.

Os demais artigos desta seção aprofundam a discussão aberta pelo texto de Eduardo Leal. Logo de cara, no artigo *A pandemia e o setor supermercadista: uma reflexão*, de Leonardo Ostronoff, nos debruçamos sobre o complexo problema envolvendo trabalhadores do setor supermercadista, os quais se encontram na linha de frente, expostos ao risco de contaminação pela Covid-19. O autor, valendo-se dos dados obtidos por meio de sua pesquisa de campo no pós-doutorado, traz-nos uma densa reflexão a respeito da violência psicológica e dos riscos que envolvem a atuação cotidiana dos trabalhadores nessa área, uma vez que se encontram submetidos a um rigoroso (e perverso) dispositivo de controle empresarial/policial, sem que “nós”, consumidores, nos demos conta disso.

Se, no caso acima, trabalhadores do setor supermercadista são tirados da invisibilidade, o artigo seguinte, *Trabalho indecente e pandemia: o caso JBS Aves em Passo Fundo*, de Tatiani de Azevedo Lobo, segue caminho semelhante, mas trazendo para o centro da cena trabalhadores do setor frigorífico. No texto são analisadas, com base no conceito de “trabalho decente” - desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) -, as controvérsias envolvendo uma série de negligências no campo dos direitos trabalhistas, as quais tornaram-se mais evidentes no presente contexto, uma vez que a planta da empresa JBS sediada em Passo Fundo/RS transformou-se num dos epicentros de contaminação na região Sul do país. Por meio de um rigoroso estudo da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra o frigorífico, a autora/advogada apresenta uma instigante anatomia da triste realidade que caracteriza este universo laboral.

Na seção subsequente, intitulada **Periferias urbanas, intervenção estatal e processos de vulnerabilização**, contamos com dois importantes artigos. No primeiro, intitulado: *As periferias na pandemia: a explicitação da política de precarização e de exposição à morte*, escrito pelo sociólogo Alexandre Magalhães, temos a discussão da relação que aproxima processos de produção da precariedade a mecanismos de gestão governamental, o que também envolve importantes formas de resistência por parte das populações mais vulnerabilizadas diante do quadro atual.

Já o texto seguinte, de Francisco Pereira Neto, Marilis Lemos de Almeida e Sandro Mesquita, intitula-se: *Um olhar para as periferias: desafios diante do Covid-19* e nele ganha corpo a reflexão a respeito das deficiências e violências (políticas, físicas e epistêmicas), envolvendo a falta de reconhecimento, por parte de autoridades governamentais, das especificidades socioculturais que marcam a

presença das camadas mais vulneráveis da população na cena pública de nossas cidades. Os autores concluem apontando para o fato de que, “sem o reconhecimento da complexidade das periferias, corre-se o risco de repetir os efeitos históricos da desigualdade na atual crise sanitária, impondo às populações efeitos catastróficos, como a morte descontrolada e a penúria entre seus cidadãos”.

Por fim, chegamos à última seção, **A necropolítica desde as situações de rua**, inaugurada com o texto: *A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam?*, de Milena Cassal e Talita Fernandes. Escancarando o fortalecimento de práticas necropolíticas direcionadas a pessoas negras com trajetória de rua, as autoras apontam para as contradições e descasos do poder público no que se refere à garantia de acesso à saúde, o que parece configurar genuínas práticas de extermínio manifestas pela negligência estatal, sobretudo em relação à população negra e vulnerabilizada.

Já o artigo *Anthropology and Human Rights in a pandemic time: collective engagements and the public debate about vulnerable populations in Pelotas/RS*, produzido pela equipe do Grupo de Antropologia e Direitos Humanos (GANDH) - vinculado à Universidade Católica de Pelotas (UCPel), sob coordenação do professor Tiago Lemões - fecha este suplemento com uma análise pertinente sobre as condições de vida da população de rua no atual cenário de pandemia. No texto, Tiago Lemões, Flávia Giribone, Marina Madruga, Rodrigo Gonçalves da Silva, Rosana Chagas, Sarah Emygdio, Karen Lessa, Piero Vicenzi e Alice Simoni buscam situar num cenário mais amplo de debates acadêmicos, uma pesquisa exploratória sobre as formas de gestão da vida das populações de rua em Pelotas/RS, com vistas a apontar para a regularidade de certas controvérsias envolvidas no modo como tais sistemas de gestão conjugam problematicamente as dimensões do cuidado e da repressão.

Apenas com esta breve apresentação, o/a leitor/a já pode perceber que está diante de um conjunto de reflexões essencialmente político, voltado à explicitação de um conhecimento engajado de cientistas sociais no debate público contemporâneo. Por isso mesmo, os olhares são diversos, as abordagens são distintas, mas as vozes são todas inquietas, na medida em que se estabilizam em textos urgentes, afiados e devastadores, ávidos tanto por incidir quanto por ultrapassar um tempo bruto, que nos atravessa, mas que, definitivamente, nos ensina que os seus vetores mais perversos incidem mais sobre uns do que sobre outros. Que as inquietações expostas por este coletivo possam também produzir caminhos alternativos para outras formas de compreensão e efetivação de nossas redes de solidariedade, crítica e resistências.

A todos e todas, uma ótima leitura!

REFERÊNCIAS

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. **Horizontes Antropológicos** ano 17, n. 35, 2011, p.227-256.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FASSIN, Didier. **Por una repolitización del mundo**. Las vidas descartables como desafío del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2018.

FASSIN, Didier. **La force de l'ordre**. Une anthropologie de la police des quartiers. Paris: Éditions du Seuil, 2011.